

**NOS MEANDROS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL  
CHAPECOENSE: A R-EXISTÊNCIA CAMPONESA  
TERRITORIALIZADA NO ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES**

**IN THE INTRICACIES OF THE TERRITORIAL FORMATION  
OF CHAPECÓ: THE PEASANT EXISTENCE-RESISTANCE  
TERRITORIALIZED IN DOM JOSÉ GOMES LAND-  
OCCUPATION SETTLEMENT**

**EN LOS MEANDROS DE LA FORMACIÓN TERRITORIAL  
CHAPECOENSE: LA R-EXISTENCIA CAMPESINA  
TERRITORIALIZADA EN EL ASENTAMIENTO DOM JOSÉ  
GOMES**

**Janaína Gaby Trevisan<sup>1</sup>**  
*janainaggt@gmail.com.*

**Willian Simões<sup>2</sup>**  
*willian.simoes@uffs.edu.br*

**RESUMO:** O presente artigo objetiva socializar resultados de um estudo cujo recorte territorial foi o Assentamento Dom José Gomes, localizado no município de Chapecó, Oeste de Santa Catarina. Com base em um diálogo bibliográfico-interdisciplinar, por meio de pesquisa-ação-participante e da elaboração de um mapa social junto aos assentados, argumentaremos que essa região é marcada por uma perspectiva coronelista de colonização e pela hegemonia de um modelo de desenvolvimento capitalista que submete o território camponês à lógica do capital agroindustrial de aves, suínos e leite. Análises empreendidas permitem compreender que a presença do referido assentamento no município supramencionado, assim como diferentes territorialidades específicas em seu interior, se constituem como espaço-dispositivos descoloniais frente às tradições moderno-eurocentrada-capitalista-colonial que ditou a lógica colonizadora na região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território de vida. Resistência camponesa. Luta pela terra. Mapeamento social e colaborativo. Assentamento Dom José Gomes.

**ABSTRACT:** This present article aims to make accessible the results of a study, in which the territory in question is Dom José Gomes Land-Occupation Settlement, located in the city of Chapecó, in the West of Santa Catarina. Based on a bibliographic and interdisciplinary dialogue and by the research-action-participant and the collaborative elaboration of a social map together with the settlers, we will argue that this region is marked by a colonelist perspective of colonization and by the hegemony of a capitalist development model which imposes to the peasant territory the logic of the agroindustrial business of poultry, swine, and milk. The undertaken analyses allow us to understand that the presence of this land-occupation settlement in the aforementioned city, as well

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA).

<sup>2</sup> Professor nos Cursos de Graduação (Licenciatura) e Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul. Membro do Grupo de Pesquisa Espaço, Tempo e Educação.

as the specific territorialities in it, form a decolonial space-device in face of the modern-eurocentric-capitalist-colonial traditions that has dictated the colonizer logic in that region.

**KEYWORDS:** Territory of life. Peasant resistance. Fight for land. Social and collaborative mapping. Dom José Gomes Land-Occupation Settlement.

**RESUMEN :**

El presente artículo objetiva socializar resultados de un estudio cuyo el recorte territorial ha sido el Asentamiento *Dom José Gomes*, ubicado en el municipio de Chapecó, Oeste de Santa Catarina. Con base en un diálogo bibliográfico-interdisciplinar, por medio de investigación-acción-participante y de la elaboración de un mapa social junto a los asentados, argumentaremos que esa región es marcada por una perspectiva coronelista de colonización y por la hegemonía de un modelo de desarrollo capitalista, el cual somete el territorio campesino a la lógica del capital agroindustrial de aves, porcinos y leche. Análisis emprendidos permiten comprender que la presencia de dicho asentamiento en la ciudad de Chapecó, y de distintas territorialidades específicas en su interior, se constituyen como espacio-dispositivos descoloniales frente a las tradiciones moderno-eurocentrada-capitalista-colonial que han dictado la lógica colonizadora en la región.

**PALABRAS-CLAVE:** Territorio de vida. Resistencia campesina. Lucha por la tierra. Mapeo social y colaborativo. Asentamiento *Dom José Gomes*.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como território da pesquisa o Assentamento Dom José Gomes, localizado no município de Chapecó, Oeste de Santa Catarina. Argumentaremos que o referido assentamento, compreendido neste texto como um meandro, confronta a lógica moderna-eurocentrada-capitalista-colonial hegemônica que veio ancorando a formação territorial do referido município. Procura-se destacar, também, que essa curva que se formou por meio da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), produz r-existência frente ao processo de desenvolvimento capitalista hegemônico que se configurou de forma muito potente a partir da década de 1970 na região.

Nesse artigo buscamos sustentar a compreensão de que no Assentamento Dom José Gomes, territorialidades específicas resultam em r-existências, se apresentando como território alternativo descolonial frente ao processo de desenvolvimento capitalista vertical que fortalece, principalmente, o agro-hidro-negócio<sup>3</sup> representado pelas agroindústrias de aves, suínos e leite instaladas na região, cujas raízes continuam amarradas ao que iremos denominar de Ideologia do Desbravador. Discutiremos, também, que a ausência de uma

---

<sup>3</sup> Pode-se dizer que “as ações do capital agroindustrial, se territorializam em diferentes áreas do Brasil, detendo também o controle dos recursos hídricos” (MENDONÇA; CARNEIRO, 2016). O volume hídrico para suínos, por exemplo, pode chegar a 235 milhões de litros de água por cabeça (LEME; LEME, 2018).

Reforma Agrária efetiva, a proximidade com a cidade e outros percalços, tensionam a questão agrária neste contexto.

Diante do atual cenário político brasileiro marcado por avanços do neoliberalismo e em face dessa trama de relações que se estabelece no território chapecoense, apresenta-se o resultado dessa reflexão que se propôs a discutir sobre a presença de sujeitos e territorialidades contra-hegemônicas, o que implica compreender uma trama que envolve luta e função social da terra, a resistência da identidade dos Sem Terra<sup>4</sup> e seus debates na contradição do capitalismo histórico, bem como a precarização dos direitos sociais que são impostos no que chamamos de territórios de estigma, que no caso do Assentamento Dom José Gomes, um território que ainda é fortemente visto e reproduzido de maneira negativa e/ou invisível pela sociedade chapecoense, como veremos ao longo do texto.

As estratégias metodológicas adotadas compreendem levantamento e análise de fontes literárias, documentos e imagens, trabalhos de campo envolvendo permanente contato com Assentados, rodas de diálogo, oficina de rememoração (ou linha do tempo) e oficinas de proposição e elaboração cartográfica de um mapa social temático, ou ainda, o que podemos denominar de uma contra-cartografia, expressão que remete a um tipo de cartografia que busca visibilizar o território em questão.

Uma de nossas principais inquietações iniciais era o fato de que o Assentamento Dom José Gomes estava invisibilizado nas projeções oficiais do município. Portanto, a elaboração coletiva e dialógica de uma projeção cartográfica é resultado da pesquisa e é entendida como instrumento de reafirmação territorial e social do Assentamento. Salientamos que:

[...] a prática de mapeamentos participativos pode estar associada a grupos sociais tradicionalmente excluídos do processo de produção de mapas, que passam a questionar as representações oficiais dos territórios em que vivem. Com o intuito de criar representações coletivas sobre o território, estas experiências apresentam-se como possibilidade de afirmação de territorialidades e identidades particulares, como busca de visibilidade frente aos processos que os invisibilizam (ROCHA, 2015, p. 48).

Dessa maneira, o artigo está organizado em duas seções: a primeira sintetiza uma discussão sobre emblemáticos marcos histórico-geográficos da formação territorial do

---

<sup>4</sup> A forma de escrita Sem Terra (letras maiúsculas e sem hífen) representa, de acordo com CALDART (2003, p. 51), “sujeitos de uma escolha: a de lutar por mais justiça social e dignidade para todos, e que coloca cada Sem Terra, através da sua participação do MST, em um movimento bem maior que ele”.

município de Chapecó, buscando destacar alguns elementos que podemos considerar constituintes do que foi e do que ainda continua sendo o que estamos denominando de Ideologia do Desbravador<sup>5</sup> e alguns de seus marcos civilizatórios, pautados em um discurso de desenvolvimento que subalterniza e invisibiliza indígenas, caboclos, Sem Terra e demais comunidades tradicionais presentes no território e, ao mesmo tempo, reforça um projeto de desenvolvimento ancorado na lógica do capital agroindustrial exportador monopolista. Já a segunda parte foi destinada à compreensão acerca da territorialização do Assentamento Dom José Gomes em meio a um contexto político-social excludente e conservador que se corporificou e se materializou simbolicamente em Chapecó, bem como da produção de seu território de vida e de territorialidades específicas diante de um histórico marcado pela apropriação capitalista da terra.

No desfecho desta segunda seção procuramos socializar o processo de elaboração do que estamos entendendo ser uma contra-cartografia, isto é, a construção de um mapa social desenvolvido com a marcação de símbolos e elementos geográficos que são importantes para os próprios assentados e que buscam dar visibilidade às suas territorialidades, naquilo que se compreende como a elaboração de um mapa social e que traz consigo o intuito de contribuir na (re)afirmação de r-existência da comunidade e sua vida no território.

Por fim, buscamos refletir acerca do lugar do MST no Oeste Catarinense, procurando destacar a importância da r-existência camponesa como caminho para romper com a lógica colonialista-desenvolvimentista na região. Discute-se, ainda, sobre os paradoxos que fragilizam a solidez da luta do MST em Chapecó e sobre os desafios da construção de um projeto de Reforma Agrária Popular.

## **A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC: IDEOLOGIA DO DESBRAVADOR E AS RAÍZES DA LUTA PELA TERRA NO OESTE DE SANTA CATARINA**

Em 2017, determinadas forças políticas e econômicas comemoraram o centenário de emancipação do município de Chapecó-SC. Pode-se dizer que os marcos espaço-temporais usados em narrativas oficiais acerca da formação do território chapecoense,

---

<sup>5</sup> O Desbravador é um monumento símbolo da cidade de Chapecó-SC. Conforme Decreto Municipal n. 38.545, de 27 de fevereiro de 2020, o referido monumento é entendido como “fruto do sentimento de progresso e desenvolvimento”, sendo uma homenagem aos colonizadores.

neste cenário, estão ancorados na ótica hegemônica dos colonizadores-desbravadores, em que se evidencia uma ruptura e a construção de outra Chapecó, não mais aquela Xaçepó, assim nomeada de acordo com a língua nativa dos Caingangue que assim como os caboclos, viviam e produziam outro território que precede o ano de 1917. Nesse sentido, nossas lentes teórico-metodológicas nos permitem afirmar que o centenário de Chapecó se constituiu em mais um evento de silenciamento e anulação de outras geo-grafias (PORTO-GONÇALVES, 2002) que não àquelas ligadas à colonização, o que engloba na atualidade a presença, o trabalho e a cultura dos Assentados da Reforma Agrária e sua atuação pelo MST.

Nesse centenário, podemos dizer que foram silenciados os 71 anos das trágicas noites que marcaram o emblemático linchamento, uma expressão da violência política e colonizadora de Chapecó nos anos 50 que será discutido com maiores detalhes no decorrer deste texto e que também foram comemorados os mais de 100 anos do que denominamos de *Ideologia do Desbravador*, ideia atrelada à de conquistador, “aquele que venceu a natureza inóspita e com seu trabalho plantou o progresso, que só pode ser associado aos de origem, como uma de suas virtudes étnicas” (RENK, 2004, p. 33). Na visão de empresas colonizadoras e do poder público da época, era necessário fazer a limpeza, a ocupação e a modernização do sertão – eis os pilares desta ideologia. É proposital aqui a retomada do conceito de sertão que, diante da literatura consultada, parece ter ficado na primeira metade do século XX, mas que, em nova roupagem, pode ser muito útil para compreender a atualidade da questão agrária no Oeste de Santa Catarina, uma vez que abarca as raízes que sustentam os processos perversos de desterro e espoliação em nome do desenvolvimento.

No Brasil o conceito de sertão era utilizado para se referir aos “extensos lugares afastados do litoral ou dos espaços urbanos, cobertos de mata ou, ainda, aos chamados vazios demográficos” (VALENTINI; RADIN, 2011, p. 10). Estariam ligados a esta ideia, também, termos como espaço selvagem, bárbaro, inóspito, incivilizado em que a eles estariam ligados todos aqueles que não se encaixavam na nova ordem que se estabelecia. Como ressaltam Valentini e Radin (2011, p. 11):

[...] na colonização do sertão catarinense, essas representações foram relacionadas aos grupos indígenas e caboclos, identificados com tudo o que representava atraso e incivilidade, o que colocava a necessidade de superar tal modo de ser, pois não se inseria na perspectiva do progresso, de modernidade e da civilização almejados. Esse entendimento favoreceu

a chamada “limpeza do sertão” promovida a partir da Guerra do Contestado.

Este processo de colonização favoreceu a apropriação privada da terra, contribuindo para constituir “uma base produtiva composta principalmente pela agropecuária”. Entre os efeitos, Renk (1991) destaca a desestruturação sistemática e violenta de modos de vida cujas terras eram costumeiramente legitimadas pela posse e onde ocorria agricultura de pequena escala (em terras de plantar) e criação de animais para autoconsumo (em terras de criar), persistindo em alguns lugares, ainda, a extração de ervamate. Pode-se dizer que existia um processo de subordinação destas terras aos interesses empresariais da época sustentada pela lógica da propriedade privada, tanto para colonização quanto para submeter os que habitavam a região ao modelo de cuidado dos animais em terras cercadas<sup>6</sup>. Segundo Renk (2004, p. 31):

[...] as consequências dessa colonização implicaram em rumos diferentes pelos diferentes grupos que aqui confrontaram, atribuindo aos colonizadores a maior possibilidade de terem voz e vez para falarem de si, de seus feitos, de marcarem suas fronteiras, e de lutarem para imposição destas como as fronteiras legítimas.

Esses são alguns elementos que superestimam a colonização preconizada, principalmente pela Colonizadora Bertaso S/A que iniciou suas atividades no município de Chapecó em 1918 (VICENZI, 2006). Todavia, compreendemos a existência de uma subalternização de sujeitos e de uma história de Xapecó, que fora selada até dos próprios topônimos que se atribuíam a um enredo dissonante àquele que se dita como único e verdadeiro, o da Ideologia do Desbravador.

Em oposição a essa ordem de colonização violenta e seletiva que marcou a produção do território chapecoense, neste momento, compreendemos o processo de territorialização do Assentamento Dom José Gomes como um exemplo emblemático de um movimento incisivo na configuração de territórios alternativos, r-existência ao enfrentamento político-social à elite econômica chapecoense que, com apoio do poder público e abraçada aos traços e pilares coronelistas, condicionou neste processo todo, a abertura e hegemonização do agro-hidro-negócio de aves e suínos em Chapecó.

---

<sup>6</sup> O estudo de Renk (1991) permite evidenciar marcas de um processo colonizador em que ocorrem rupturas no modo de vida daqueles que tradicionalmente ocupavam as terras originárias do sertão catarinense, em particular, os territórios onde hoje estão os municípios de Ponte Serrada e Vargeão.

Destacamos também, o trabalho do Bispo Dom José Gomes que, por meio da Teologia da Libertação, contribuiu com as lutas por terra e território na região, somando-se às lutas dos pequenos agricultores e do MST. A literatura nos permitiu evidenciar que Dom José, bispo católico da Diocese de Chapecó, assumiu posição diferente da Igreja Católica, que no período de colonização esteve ao lado da elite chapecoense, incentivando e favorecendo projetos capitalistas fortalecidos pelos colonizadores (HASS, 2003).

Desta forma, nos propomos a compreender a formação territorial de Chapecó-SC a partir do que Renk (2004) denominou de “narrativas da diferença”, utilizando-se de marcos histórico-geográficos e de caminhos metodológicos que fizeram sobressair voz e visibilidade aos assentados do Assentamento Dom José Gomes que foram, desde o nosso ponto de vista, propositalmente invisibilizados em comemorações do centenário, assim como da configuração do território chapecoense, uma vez que nosso ponto de partida foi justamente a sua não existência em projeções cartográficas oficiais e publicizadas do município.

Renk (2004) destaca que a região em estudo (que passou a ser denominada de “Oeste Catarinense” a partir dos anos vinte do século passado) constava como zona desconhecida e/ou despovoada, sinônimo de área inóspita do limítrofe com a Argentina, destacando ainda a extração da erva-mate e da madeira como atividades que atraíram, na segunda metade do século XIX, a pretensão do país vizinho de estabelecer colônias nos ervais localizados às margens do rio Uruguai, o que preocupou as autoridades brasileiras. Por se tratar de área habitada, despolicada e abandonada pelas autoridades e na tentativa de incorporar ao Brasil as terras do Oeste, no final no século XIX, foi instalada a Colônia Militar do Xaçepé (RENK, 2004). Segundo Xavier (2016), a instalação da referida colônia militar, em Xanxerê, no ano de 1882, foi um dos motivos que assegurou o território do Oeste Catarinense ao Brasil, bem como à Santa Catarina, na posterior disputa com o Paraná.

Depois de solucionada a questão de litígio com a Argentina, a área integrada ao território brasileiro passa a ser disputada entre Paraná e Santa Catarina, resultando no que ficou conhecida como “Guerra do Contestado” (22 de outubro de 1912 a agosto de 1916). Chapecó era um dos territórios em disputa que desencadeou um conflito armado entre a população nativa (ou sertaneja) e os poderes estadual e federal brasileiro, numa região rica em erva-mate e madeira (XAVIER, 2016).

O Oeste Catarinense, no início da década de 1910, era tido como um grande vazio demográfico, não incluindo a presença dos já habitantes originários da região. Faz-se importante mencionar a identidade dos sujeitos conhecidos como *caboclos*, uma vez que a invisibilização destes se dava por representar, aos olhos dos imigrantes que aqui chegaram, um “povo que descendeu do cruzamento de luso-brasileiros pobres, de indígenas e de africanos vindos ao sul como escravos. Ele também era chamado de brasileiro, nacional, moreno, pelo duro ou ‘pessoa de cor’” (GERHARDT, 2012, p. 243), quando na realidade, ainda de acordo com Gerhardt (2012, p. 243), essa população representava os “trabalhadores livres, lavradores nacionais, lavradores pobres ou camponeses nacionais, em um esforço conceitual de inclusão”, ou seja, a população que originariamente ocupara a região.

Por ser desabitada aos olhos do restante do Estado, inclusive do próprio Governador, era considerada uma região de sertão – como já mencionamos anteriormente. As multinacionais que se instalaram apoiaram a ideia de outras empresas colonizadoras particulares à incorporação da área e incentivo a colonização, com a vinda de pequenos produtores migrantes (RENK, 2004), em sua maioria ítalo-brasileiros, a partir de 1920. A Colonizadora Bertaso S/A, de responsabilidade de Ernesto Serafim Bertaso, “trouxo mais de oito mil famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina” (HASS, 2000, p. 67). Bertaso, imigrante italiano, comprou o título de militar (coronel) da Guarda Nacional, adquirindo nacionalidade brasileira.

A chegada desses (i)migrantes no Oeste de Santa Catarina, agricultores descendentes de europeus caracterizados como colonos (RENK, 2004), conformou no município, em 1917 até a década de 30 e 40, um forte mandonismo que se identifica com aspectos do coronelismo brasileiro (HASS, 2000). Isso porque a política, bem como a “ordem e o controle social”, neste período, estavam majoritariamente nas mãos de coronéis e pessoas ligadas a eles. Conforme Hass (2000, p. 14), tratava-se de um tipo de “dominação que tinha por base a supremacia econômica, as ligações de parentesco e os laços de dependência”. Esses elementos é que de forma entrelaçada vão constituindo o que denominamos de Ideologia do Desbravador.

Nossa compreensão é que a Ideologia do Desbravador se consolidou historicamente, na medida em que narrativas e práticas hegemônicas passaram a reforçar sistematicamente que o processo de colonização e de formação do território do município de Chapecó foi sendo cunhado por uma frente colonizadora que buscava o que

considerava o desenvolvimento da região, subalternizando, invisibilizando e violentando indígenas, caboclos, posseiros e sujeitos que eram produzidos como pobres, atrasados, ligados ao passado que precisava ser modernizado.

Destaca Renk (2004) que coube às companhias colonizadoras que atuaram na região, além da arregimentação dos colonos,

[...] a “limpeza da área”, ocupada por posseiros brasileiros, para “não prejudicar os colonos”. Não bastava retirar os ocupantes das terras a serem vendidas, também era necessário afastá-los das áreas próximas. Estas eram vistas como não-aproveitáveis, pela criação de animais soltos, no sistema dos brasileiros, com um sistema diferente (RENK, 2004, p. 27).

Nesse sentido, além do discurso de ordem a certa realidade caótica (desordenada), a chegada dos colonos imigrantes colocava em desmerecimento a forma de produzir e a relação com a terra que os posseiros brasileiros possuíam, isto é:

[...] o projeto colonizador, à medida que privilegiava e enaltecia o campesinato de origem, excluía os brasileiros e índios localizados na área, pela falta de vocação agrícola, pela falsa consciência de posse, pela ausência de acumulação de capital econômico para a compra da terra por serem diferentes. Enfim, arrolavam um conjunto de indicativos que justificavam a apropriação dessas populações (RENK, 2004, p. 29).

Desta maneira, o trabalho do colono foi associado ao símbolo do progresso, do pioneirismo e da liberdade, onde a cultura do trabalho, desdobrada na presença do colonizador, daquele que trouxe ordem ao caos, transformou e desenvolveu o Oeste Catarinense. Na visão de Renk (2004, p. 30), “a colonização representou a ruptura, marcando a passagem de um tempo anterior, o da largueza, da fartura, a um novo tempo, quando tudo se diferenciou”. Portanto, o processo de colonização e suas representações são, por excelência, demarcadoras espaço-temporais entre os indígenas, as populações tradicionais que aqui já habitavam e os colonos de origem, onde, conforme demonstra Renk (2004), a maior visibilidade foi dada ao discurso do colonizador, protagonista da narrativa e suas violências físicas e simbólicas.

A essa contextualização que desenhamos até o momento, na tentativa de destacar nuances e narrativas ocultas por trás dessa teia que podemos denominar de moderno-colonial-eurocentrada-capitalista, relacionamos o emblemático episódio do linchamento, discutido em Hass (2003), como sendo possivelmente um acontecimento emblemático que comprova essa ordem de controle social pregada pelas empresas colonizadoras. O trágico

acontecimento de 17 de outubro dos tão recentes anos de 1950 revela a face violenta das relações políticas e de mandonismo que se estabeleceram em Chapecó, enunciados nas falas de ordem, progresso e desenvolvimento ao longo da formação territorial aqui discutida.

Em resumo, o linchamento consistiu na morte dos irmãos Orlando Lima e Armando Lima, Romano Ruani e Ivo de Oliveira Paim. A prisão fora provocada, pois Romano Ruani e Ivo de Oliveira Paim haviam sido acusados de incendiar a igreja e outros espaços da cidade. Foram julgados como “forasteiros que subverteram a ordem social de Chapecó”. Numa embaraçosa relação de proteção e omissão por parte de autoridades da época, o crime aconteceu entre a noite de 17 e 18 de outubro de 1950, onde “aproximadamente 200 homens invadiram a cadeia pública do povoado e lincharam quatro presos. Depois de trucidados por tiros, facadas e pauladas, os corpos foram arrastados para o pátio, empilhados e incinerados” (HASS, 2003, p. 15).

Tal materialização da violência neste episódio, estimulada pelas práticas políticas que imperavam em Chapecó naquele período, manchou a imagem da cidade, estagnando o fluxo migratório que se desdobrava desde a década de 20 na região. O linchamento e seus efeitos casaram com os interesses do governo estadual e das empresas colonizadoras, uma aliança reforçada e aparelhada pelos compromissos firmados no sistema coronelista: ordem, progresso e (des)envolvimento (HASS, 2003). Pois, o estancamento do projeto colonizador, ocasionado pela repercussão deste emblemático linchamento, contribuiu, entre outros fatores, para mobilizar a elite local em torno da instalação de um frigorífico em Chapecó, com a finalidade de reanimar o fluxo migratório e a economia local (HASS, 2003), caracterizando-se como um dos principais fatores para a instalação do primeiro frigorífico no município, o frigorífico SAIC S.A. Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó, denominada Chapecó Alimentos, fundado em 11 de outubro de 1952.

Nossa problemática de invisibilidade territorial do Assentamento Dom José Gomes, além de estar relacionado ao sistema vertical de integração imposto pelas agroindústrias e pela modernização da agricultura na atualidade, se faz indissociável do modelo de colonização coronelista-mandonista e desbravadora que se territorializou. Muito mais do que uma seletividade econômica coercitiva, estabelecida pelo sistema de desenvolvimento agrário hegemônico capitalista da atualidade, os territórios alternativos de (re)produção de vida, como no caso do Assentamento, enfrentam também um modelo de desenvolvimento político e social centralizado na agroindústria (HASS, 2003) que passou a

se estruturar após o justicamento que se ditou em Chapecó no episódio do linchamento. Ou seja: os dispositivos que produzem a invisibilidade territorial dos assentados da Reforma Agrária no município, possuem raízes espaço-temporais profundas constituintes do que estamos denominando de Ideologia do Desbravador.

O processo de emergência e configuração da região Oeste Catarinense pode ser evidenciado por meio da territorialização realizada para atender, especialmente, às demandas oriundas das agroindústrias de acordo com seus próprios interesses, sobretudo a partir do final da década de 70 e início da década de 80 (ALBA et al, 2015). Essa (re)configuração espacial, marcada por conflitos e disputas *da e na* região, suscita sinais da segregação socioespacial, conflagrando a importância da atuação dos movimentos sociais na escala local e regional.

Simultâneo a essa manifestação, identifica-se que dessa nova configuração da relação entre o sistema capitalista e a natureza emerge um processo de dominação territorial, sustentada pela hostilidade com a qual o agronegócio perpetuou sua homogeneização desenvolvimentista na região. Segundo Alba (2013), no território agrário de Chapecó e demais municípios do entorno do Oeste, havia um sistema de produção predominante que conferia aos pequenos agricultores a liberdade para exercer a atividade agrícola e pecuária, tirando dessa produção o necessário para o autoconsumo da família e vendendo o excedente para o comércio local. Com a chegada do sistema agroindustrial, este modelo de produção foi sistematicamente se rompendo e o território foi sendo, em sua maioria, tecnificado e especializado de acordo com os interesses das agroindústrias, tanto na esfera agrária (nas unidades familiares) quanto na esfera urbana (no seio das agroindústrias).

Além disso, conforme Coimbra (2012), a partir do processo de industrialização, oriundo nos anos 1930, os investimentos públicos são direcionados para as agroindústrias e, dessa mesma forma, o estado catarinense passa a atuar no financiamento de grandes empreendimentos agroindustriais, como as antigas Sadia e Perdigão (atualmente pertencentes ao grupo de fusões conhecido como BRF Brasil Foods), que utilizam os sistemas integrados desde a década de 80. Segundo Coimbra (2012, p. 103):

[...] nos sistemas integrados, os pequenos proprietários, embora sejam donos de suas terras, são semiempregados dos frigoríficos, indústrias e grandes corporações. Empresas de grande porte, como a Aurora (...) em Santa Catarina, compram a produção de terceiros a um preço geralmente baixo. Em alguns casos, as empresas chegam a oferecer equipamentos e

assistência técnica, tendo em vista a pauperização do pequeno produtor, que não tinha como adquirir sem o financiamento das indústrias “integradoras”.

Isto posto, pode-se afirmar que na região se potencializou um processo de monopolização do território pelo capital que passou a sujeitar “a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica” (OLIVEIRA, 2004, p. 42). Nesse sentido, em condições de precariedade de desenvolvimento, os pequenos proprietários de terra ficam subordinados à lógica das grandes corporações, desassistidos e sem subsídio do governo estadual no que concerne à realização de políticas públicas e a mercê dos privilégios das empresas rurais (COIMBRA, 2012) sustentadas na congruência da monocultura e do sistema capitalista hegemônico. Da mesma maneira, segundo Alba (2013), a concorrência fez com que as maiores agroindústrias que aqui se instalaram, absorvessem as menores, aumentando a concentração e a centralização do capital, fazendo da região Oeste um lugar de oligopólios agroindustriais. Com base nos estudos de Pertile (2008), podemos afirmar que se estabeleceu a hegemonia do agro-hidro-negócio de suínos, frangos e do leite, que funciona como eixo central do projeto de desenvolvimento econômico para o meio rural nesta região.

A partir da literatura consultada se evidencia que um dos marcos importantes desta hegemonização do agro-hidro-negócio de aves e suínos na região foi a chamada Peste Suína Africana, compreendida como “um episódio polêmico, marcado por grandes contradições, cuja existência nunca foi realmente comprovada (...) uma estratégia de eliminação definitiva da produção autônoma de suínos na região” (POLI, 2002, p. 177) do que uma peste propriamente dita. O estudo de Viana (2004), a partir de longos depoimentos de pessoas-chave (criadores e técnicos) e outras consultas documentais, sustenta a tese de que a referida peste observada em diferentes partes do país, neste contexto, “correspondia a diagnósticos sorológicos falso-positivos”.

A Peste Suína Africana pode ser entendida como uma artimanha utilizada pelo sistema econômico hegemônico que estava se implantando, na tentativa de apagar “de vez” um tradicional modo de produção que vigorava até a década de 70, pois, conforme apontam Fiorentini e Oro (2002, p. 181):

[...] nunca se tinha ouvido falar, no Brasil, de Peste Suína Africana. Ela não existia aqui. Nem sabíamos se esta peste existia em algum lugar do mundo. Mas no mês de maio de 1978, os suinocultores de todo o Brasil foram pegos de surpresa com a notícia de que havia sido descoberto, no

Rio de Janeiro, um foco de peste suína africana. A notícia desta peste, que ninguém conhecia, pôs medo em muitos criadores de suínos, porque sobre ela se ouviam as piores coisas. (...) A informação que veio dos órgãos do governo dizia que não existia vacina nem cura para a peste africana. A solução era matar todos os porcos afetados. (...) que a peste africana matava 100% dos animais afetados e que era preciso queimar os chiqueiros onde se detectava a peste.

Conforme os autores, diante do contexto de crise que se impunha, são realizadas na região um conjunto de reuniões, mobilizações e concentrações para discutir o misterioso caso da Peste Suína Africana. Segundo Fiorentin e Oro (2002), são nesses coletivos que começam a aparecer os primeiros sinais das organizações sociais de pequenos agricultores que apontariam para uma trajetória de lutas e resistências. Além dos suinocultores, juntaram-se à causa alguns sindicalistas e agentes pastorais comprometidos com as ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, de modo muito emblemático, a presença de Dom José Gomes, bispo que dá nome ao Assentamento. Surgem também, nos anos de 1980, as primeiras ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Santa Catarina, sendo a região Oeste conhecida como um dos berços dos movimentos sociais no estado (POLI, 2002).

Dessas mobilizações dos Movimentos, de articulações e conquistas no Oeste, estão as raízes históricas do Assentamento Dom José Gomes (como aprofundaremos na próxima seção), que teve origem na ocupação da antiga área da conhecida Fazenda Seringa (ou Fazenda Paraíso), na linha Água Amarela (Chapecó/SC), ocorrida na madrugada de 23 de abril de 2002. A conflituosa área ocupada fora desapropriada em 09 de setembro de 2008, com emissão da posse em 21 de novembro de 2008, segundo consta no Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA (2009). A referida conquista do Assentamento em Chapecó representa no município, o primeiro movimento de luta pela terra do MST, fruto de uma proposta de Reforma Agrária. O território conquistado pelo assentamento faz fronteira com a Reserva Indígena Condá, outra comunidade de referência na luta em defesa do território no referido município.

Entre os apoiadores do MST, destaca-se a importância do bispo Dom José Gomes que, por meio da Teologia da Libertação, atuou na confrontação em defesa dos pequenos agricultores, oprimidos pela violência e ganância do latifúndio, que suprimiam o direito à vida, à liberdade e à segurança de milhares de brasileiros do campo (FIORENTIN, ORO, 2002). É importante ressaltar a atuação do bispo, pois a sua coragem de enfrentamento contrasta com a postura política e social que a Igreja Católica assumiu desde a chegada das

empresas colonizadoras, por exemplo, na época do emblemático linchamento mencionado anteriormente.

“O bispo dos Sem Terra”, como ficou conhecido, denunciou a farsa da Peste Suína e em espaços públicos, abertamente, discursou sobre a repressão do latifúndio na região, além de mobilizar os Sem Terra na conquista dos territórios que ocupavam, sem deixar que o movimento pudesse arrefecer, mesmo diante das injustiças e da verticalização produtiva, econômica e social que as agroindústrias exerciam.

Como veremos na continuidade deste artigo, na medida em que sujeitos do campo (pequenos agricultores, Sem Terra e indígenas) são respaldados pelas instituições locais representativas, a exemplo de representação da igreja católica e por entidades coletivas como a CPT, passa-se a confrontar a lógica de formação territorial e econômica que fora imposta com ancoragem na Ideologia do Desbravador, firmando movimentos de r-existências por meio de territorialidades de luta, oposição e alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

### **ASSENTAMENTO DOM JOSÉ GOMES: R-EXISTÊNCIA CAMPONESA E A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE VIDA**

Neste texto, partimos do pressuposto de que processos de resistência implicam em movimentos que abrangem desde a autodefinição de identidade das comunidades até suas estratégias de lutas por terra e território, assim como a produção de territorialidades específicas e alternativas à lógica do capital, frente a não efetividade de uma Reforma Agrária que garanta o direito permanente pela terra e de um Estado que avance nas medidas de (re)distribuição/demarcação dessas terras, assim como na melhoria das condições de vida dos povos do campo. Por isto, trata-se não somente de resistir enquanto “reagir a uma ação anterior”, uma “ação reflexa”, mas de r-existir, de se reinventar no sentido de apontar para outras/alternativas “conformações territoriais” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A ausência de uma efetiva Reforma Agrária da qual o Brasil necessita, está vinculada ao fato de que os interesses políticos e econômicos dos agroestrategistas da atualidade (ALMEIDA, 2010) que estão voltados à produção agroexportadora (COIMBRA, 2012), motivos que contribuem para a produção de invisibilidades e de conflitos territoriais no campo.

Deste modo, quando tratamos dessas r-existências, nos referimos às comunidades tradicionais e sujeitos do campo que foram produzidos como subalternos no que podemos denominar de sistema-mundo moderno-colonial (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006), neste caso específico, às lutas do MST, cuja visão colonialista as caracteriza como “tradicionais’ ou ‘não modernas’, como estando em processo de transição em direção à modernidade, e lhes nega, também, toda possibilidade de lógicas culturais ou de cosmovisões próprias” (CRUZ, 2017, p. 21).

É a partir dessa perspectiva que nos propomos a construir uma narrativa em diálogo com os sujeitos do Assentamento Dom José Gomes, na tensão entre diferentes modos de apropriação do espaço, onde seja possível narrar a territorialização dos sujeitos a partir das suas próprias vivências, falas e símbolos que os constituem enquanto Assentados, e não através da sociodicéia que a colonização coronelista impôs para/em Chapecó. É visibilizar o território a partir daquilo que Porto-Gonçalves (2002) propôs com a noção de *geo-grafia*, ou seja, pensar a geografia como verbo, ato/ação de marcar a terra, com a (re)significação dos movimentos sociais e com esses novos signos que grafam a terra, reinventando os modelos de sociedade propostos (CRUZ, 2013).

O referido assentamento da Reforma Agrária se encontra na área rural Linha Água Amarela do município de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, região nacional e mundialmente conhecida por sua expressiva produção baseada na lógica do agro-hidro-negócio (avicultura (frangos), suinocultura e indústria do leite) – como já mencionado. Com base na seção anterior, compreendemos que a introdução e o fortalecimento desse tipo de produção invisibiliza e submete à lógica do capital o que chamamos aqui de territórios de vida, entendendo que essa perspectiva de território, para além das relações políticas e econômicas de poder, está ligada à construção de identidade social e cultural das comunidades tradicionais e/ou rurais, em particular neste texto, ao MST. Trata-se de uma perspectiva de território que, marcada por territorialidades específicas, diferente do que conforma a história da colonialidade e da colonização aqui discutida, propõe em suas matrizes uma perspectiva diferenciada de apropriação e uso do espaço daquelas de seus antagonistas (grandes empresas, agronegócio, latifúndio, Estado).

A territorialização do Assentamento será abordada, a partir deste momento, com base nos principais marcos relatados/destacados pelos Assentados com quem dialogamos, uma vez que buscamos priorizar o diálogo com os sujeitos e suas histórias, donos de sua própria memória afetiva e de sua identidade Sem Terra, para o desfecho cartográfico

resultante dessa pesquisa. Nesse sentido, o primeiro marco a ser destacado é o de territorialização do acampamento, pois, nas palavras de Seu Lírio<sup>7</sup> (um dos assentados da comunidade), é “na noite de lua cheia, primeira noite da ocupação, do dia 23 de abril de 2002 que o acampamento está montado” (Figura 1).

**Figura 1:** Acampamento Dom José Gomes



**Fonte:** Arquivo pessoal Violeta e Cravo (2002).

Durante o período em que permaneceram com a ocupação (2002 a 2008), os acampados, que chegavam a um total de 250 famílias, subdivididas em 20 grupos, mantinham um planejamento composto por dinâmicas coletivas, como a realização de trabalhos de base (grupos de formação), segurança 24 horas por dia, setores de trabalho, perspectivas e sonhos em comum. Além disso, o acampamento construiu uma escola, conhecida como Escola Milton Santos, que ofertava turmas dos anos iniciais da Educação Básica (1ª a 4ª séries, na época).

O estudo realizado e o diálogo com a comunidade demonstram que o acampamento, em sua fase de constituição, de modo geral, mantinha boas relações com a sociedade chapecoense e era apoiado pelo poder municipal, representado pelo então prefeito Pedro Uczai (2002 a 2004) que afirmava, de acordo com os assentados que a “*luta tinha vindo pra ficar*”. Havia também parceiros que empregavam os Sem Terra, gerando

<sup>7</sup> Os nomes originais das sujeitas e dos sujeitos envolvidos na pesquisa foram substituídos por nomes de flores para preservar suas identidades.

fonte de renda, como a ECOVILA, que nas palavras dos Assentados *“enchia uma kombi de acampados, que trabalhavam por 15 dias, depois, outros 15 acampados também saíam para trabalhar e trazer comida para a família”*.

Alguns símbolos marcaram a trajetória do acampamento, tais como a bandeira do MST, o arado e o badalar do sino que se tocasse por três vezes consecutivas, poderia significar a realização de assembleia, mística ou aviso de perigo (aproximação de conflito). Outra marca importante da luta é que o movimento era massificado pelo papel da família, não centralizando a representatividade apenas na figura do homem, como fora nos anos da colonização, predominantemente masculinizada (e patriarcal).

Esses, dentre outros elementos, marcam que o tempo de acampamento fora sinônimo de coletividade, partilha, sonhos, mas também de muitas dificuldades enfrentadas. Os Sem Terra, durante quase sete anos sem energia elétrica, viviam a base da luz de velas e sobre repressões do agronegócio das proximidades que, por exemplo, *“abriu o gado para destruir a plantação e acusar o Acampamento de estar matando o gado”*, na tentativa de acusações que incriminassem o movimento. Houve também intimidação da delegacia e da polícia ambiental, na tentativa de acabar com o acampamento, acusando-os por estarem fazendo uso errôneo das plantas nativas da área. Apesar de não ter se concretizado um conflito armado, não tardou para que tentativas de despejo começassem a chegar, sobretudo por meio de estratégias e representações tensionadas pela especulação imobiliária, em que se oferecia um valor de indenização de até R\$50.000,00 por família para desocupar a área – em tentativas de cooptar lideranças do movimento.

A conquista pela área e pela transformação do Acampamento em Assentamento contou com várias idas à Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina e em todas elas os acampados não encontravam os responsáveis para dialogar. Sem respostas, os acampados ocupam a sede do INCRA em Chapecó, no dia 20 de agosto de 2008. Solicitavam Audiência Pública para discussão sobre a compra da área, com a presença de um juiz agrário que, na época, emitia a reintegração de posse. A estratégia foi inicialmente ocupar o pavilhão da Catedral Santo Antônio (Igreja Central), para agitar e visibilizar a luta e, posteriormente, seguir para a sede do INCRA.

Durante a ocupação do referido órgão público, houve atividades de doação de sangue e distribuição de alimentos. Além disso, os Sem Terra limpavam a sala do almoxarifado do INCRA e lá deram aulas e formações políticas nos núcleos de base. Em 2008, o referido instituto finalmente comprou as terras requeridas e em 09 de setembro a

Fazenda Seringa é desapropriada para fins de uso e ocupação de Reforma Agrária, em decreto assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, da Análise Legal elaborada no Diagnóstico do Assentamento, reitera-se que:

[...] em 09 de setembro de 2008, efetivando a orientação magna do artigo 184, §2º da Constituição Federal, o imóvel denominado Fazenda Seringa foi desapropriado com fim social destinado à Reforma Agrária. Este artigo descreve a seguinte frase: Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (DIAGNÓSTICO DO ASSENTAMENTO, 2015, p. 07).

A emissão da posse ocorreu no dia 21 de novembro de 2008 e até hoje, todos os anos, no segundo domingo de novembro, o Assentamento realiza a “Festa da Conquista”, para simbolizar e reafirmar o histórico de lutas enfrentadas para a sonhada aquisição da terra. Nesse sentido, desde 2008 o Assentamento Dom José Gomes vem reafirmando sua r-existência no território, podendo ser visto como um emblemático símbolo – um meandro no rio – para um município que prezou pelo desenvolvimento elitista e excludente, como Chapecó.

Pode-se dizer que há 19 anos se iniciava uma luta do MST em Chapecó no confronto com a Ideologia do Desbravador e ao que Oliveira (2016) denomina como atuação da burguesia na solidificação da propriedade privada. Contra essa solidificação é que a questão agrária confrontou seus territórios, uma vez que, como em outros casos, a Fazenda Seringa representava uma extensa área de terra privada e que não cumpria com sua função social. A apropriação e a conquista por parte do MST foram materializadas no território, entretanto, esse território ainda segue invisibilizado no mapa do município, ou seja, é produzido como não existente.

Segundo Santos (2006, p. 787), “há produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível”, com destaque ao que o autor denomina de “monocultura do tempo linear”, que ao impor uma forma de progresso, modernização e desenvolvimento produz invisibilidades e abre caminhos para violentar aqueles que são entendidos como primitivos, simples, tradicionais, obsoletos e subdesenvolvidos, por exemplo. E, também, ao que

denomina de “lógica produtivista”, uma vez que assentada na produtividade capitalista produz os que são tidos como improdutivos, preguiçosos e/ou desqualificados.

A invisibilidade do Assentamento no mapa, nas placas de identificação que (não) levam até o Assentamento e no discurso hegemônico que se criou em Chapecó, que ancorado à Ideologia do Desbravador e em seu projeto de desenvolvimento com foco no agro-hidro-negócio, enaltece os coronéis da atualidade e estigmatiza a luta, o trabalho, a cultura e a identidade dos sujeitos do campo, das comunidades tradicionais e dos povos originários, foram questões que incitaram o objetivo de cartografar a luta dos Sem Terra.

Na tentativa de contestar esse apagamento nas fontes de busca oficiais do município, iniciamos em 2018, junto às famílias assentadas, a elaboração de um mapa do Assentamento que pudesse denunciar a invisibilidade desse espaço e anunciar a multiplicidade de vida, produção e ocupação do território em questão.

Para geo-grafar esse conjunto de signos, símbolos e identidades, a estratégia metodológica de cartografar, através de um mapa social de maneira colaborativa e participativa as lutas e as r-existências dos assentados do Dom José Gomes, compreende que a elaboração de um mapeamento traz consigo o intuito de identificar as territorialidades específicas produzidas pela comunidade na história de vida que é construída por ela, em meio às atrocidades inesperadas. O mapeamento tem por objetivo transparecer um sistema de objetos e ações que podem (re)significar a história e a geografia social acerca da organização e fixação das comunidades. Consequentemente, pode vir a ser um instrumento de defesa e preservação do espaço e dos recursos associados aos modos de vida da comunidade.

Com base nos estudos de Wood (1993, apud ACSELRAD, 2015, p. 08), compreendemos que cartografar essa luta pela terra e pela manutenção da identidade de vida no território é apontada como alternativa metodológica para dar visibilidade ao Assentamento Dom José Gomes, por meio de construções conjuntas e colaborativas. Assim, o que se compreende como a elaboração de um mapa colaborativo, traz consigo o intuito de contribuir na (re)afirmação da comunidade e sua vida no território, pois o mapa é considerado um instrumento encarnado em uma história que a própria comunidade ajuda a construir.

O caminho metodológico proposto inicialmente indicava para a elaboração de uma Cartografia Social, vertente da ciência cartográfica que constrói mapas críticos, com a participação das comunidades envolvidas e que propõe demarcar e caracterizar os

territórios em disputa que são alvos do interesse privado ou estatal e que possuem uma identidade cultural, ancestral e simbólica com as práticas e os sujeitos que os conformam (GORAYEB; MEIRELES, 2014). Essa metodologia considera principalmente a participação dos sujeitos pertencentes ao território na construção coletiva do mapa da comunidade em questão. Entretanto, em razão de algumas adversidades de tempo e encontro da maioria dos Assentados, foi necessário adaptar o encaminhamento proposto.

Destarte, o caminho iniciou com a proposição de uma oficina de construção de linha do tempo/da memória das famílias assentadas, que se realizou na Igreja do Assentamento. Em uma roda de diálogo de aproximadamente dez pessoas, assentados e assentadas rememoravam e relatavam conquistas, desafios e demandas resultantes da luta pela terra, desde a fase de Acampamento até a transição e posterior consolidação em Assentamento. Desse diálogo foi tecida uma linha do tempo histórico-geográfica com os principais marcos destacados pelas pessoas presentes. As falas carregadas de história, memória afetiva e de identidade das pessoas do Movimento tornaram possível uma compreensão muito mais sensível do território a ser mapeado.

Posterior a essa oficina, foi dado início ao mapeamento propriamente dito, que se desdobrou em cinco trabalhos de campo. Como o Assentamento estava em um ritmo outro de responsabilidades em 2018, nos tempos da pesquisa, não foi possível construir um único mapa em conjunto com todos os moradores. A recomendação das lideranças foi que a construção colaborativa fosse dividida entre os três núcleos do Assentamento, em que lideranças e demais membros da comunidade ficassem responsáveis pela elaboração do croqui de seu respectivo núcleo. Assim, a projeção final resultaria da junção dos três mapas manuais feitos pela comunidade em seus devidos tempos.

Cada núcleo ficou responsável pela construção de um primeiro desenho da área de seu limite territorial, resultando em três croquis manuais, cada um correspondendo a uma parte do território do assentamento, posteriormente unidas e representadas digitalmente em um único mapa no software QGIS. Portanto, a estratégia metodológica passou a conformar um mapa construído de maneira conjunta, adotando os princípios da cartografia social que foram possíveis.

Foi sugerido aos Assentados que identificassem neste mapeamento aquilo que era importante no território em suas perspectivas. Cada núcleo encaminhou a construção dos mapas a seu tempo. Os encontros para encaminhamentos dos mapas tiveram suas peculiaridades: com o núcleo 01 estávamos em aproximadamente 20 pessoas, entre homens

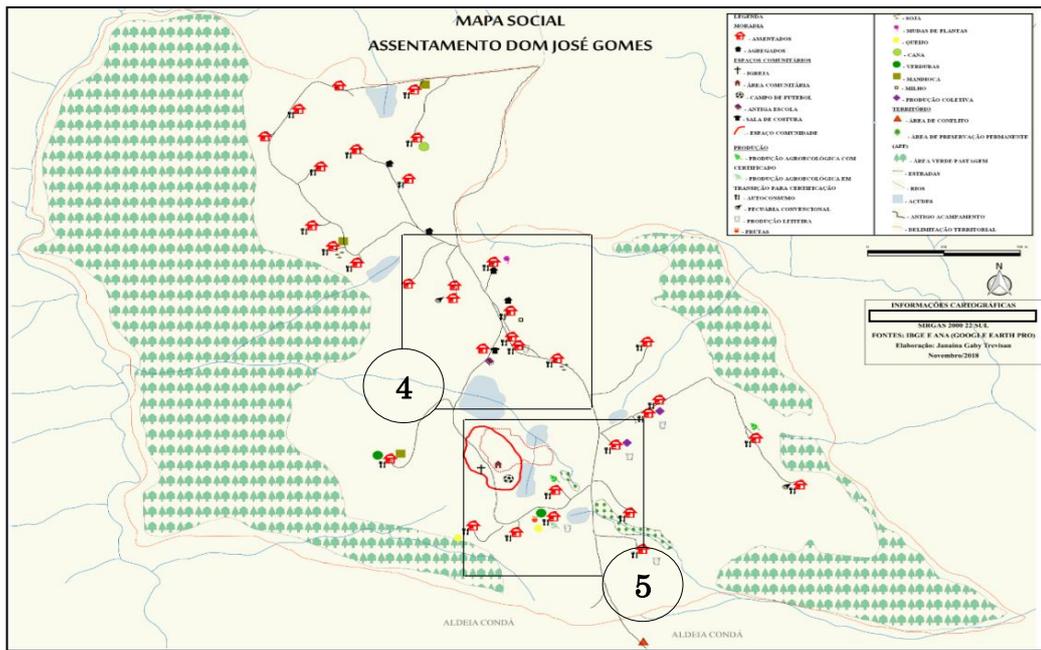
e mulheres em proporção equivalente e nos reunimos para almoçar juntos e discutir a metodologia; com o núcleo 02 estávamos em 05 pessoas, dentre elas, duas mulheres que tomaram a frente da proposta da construção do mapa; já com o núcleo 03, formamos um grupo com 06 pessoas e a única mulher presente foi quem se dispôs a levar a discussão da proposta do mapa para reunião interna do núcleo.

Os mapas retornaram com identificação de ruas, casas, açudes, fronteira com a Reserva Indígena, tipos de produção em cada lote, casas de agregados, área comunitária (com destaque ao símbolo da Igreja), Áreas de Preservação Permanente (APP) e área de produção coletiva. Cabe salientar que, ao mesmo tempo em que os Assentados elaboravam os mapas manuais (aproximadamente duas semanas), nosso trabalho foi ir a campo coletar algumas coordenadas geográficas que posteriormente foram inseridas nas plataformas digitais (Google Earth), para cruzar as informações e os locais representados nos símbolos manuais que haviam sido desenhados. Como cada núcleo teve livre escolha de legenda em seus mapas, ao transferir as informações para o software optamos por unificar os diversos símbolos em uma legenda padrão, para facilitar a compreensão da leitura do mapa final que apresentamos na sequência (Figuras 02 e 03).

A elaboração do mapa social problematiza a colonialidade do poder, imposta em escala local, na medida em que a representação cartográfica, por possuir íntima ligação com o território que visibiliza, permite a produção de símbolos que representam territorialidades específicas que são apontadas pelos Assentados, a partir de signos traduzidos como ferramentas de reconhecimento e importância do território para os sujeitos. Desse modo, o caráter social atribuído ao mapa contradita a cartografia tradicional, contestando o poder atribuído aos mapas elaborados por instituições e/ou empresas privadas ligadas às ordens institucionais de seletividade do poder e do próprio território.

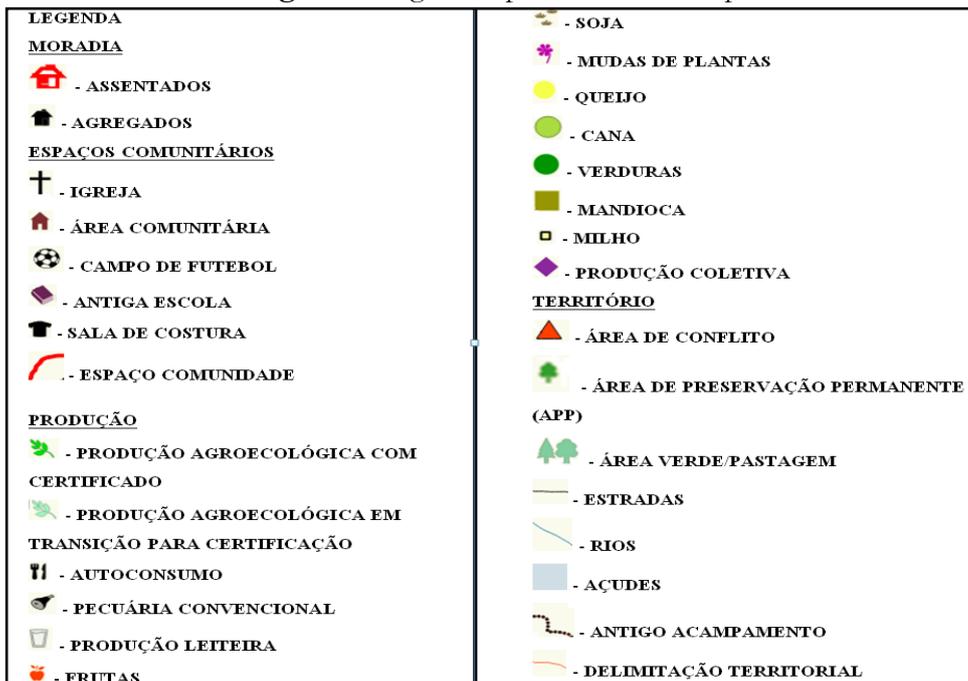
Além disso, o mapeamento do Assentamento demonstra que no espaço vazio e sem identificação dos mapas oficiais de Chapecó existe um território que exerce função tanto de recurso quanto de abrigo (SANTOS; SILVEIRA, 2011). Ora é recurso, pois algumas famílias assentadas têm sua única fonte de renda por meio da produção que desenvolve no seu lote, conforme indicado no mapa e, ora é abrigo, porque a construção de identidade dos Sem Terra está relacionada à conquista da terra, que representa a constelação de signos que constituem o MST.

**Figura 2:** Mapa Social do Assentamento Dom José Gomes<sup>8</sup>



Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

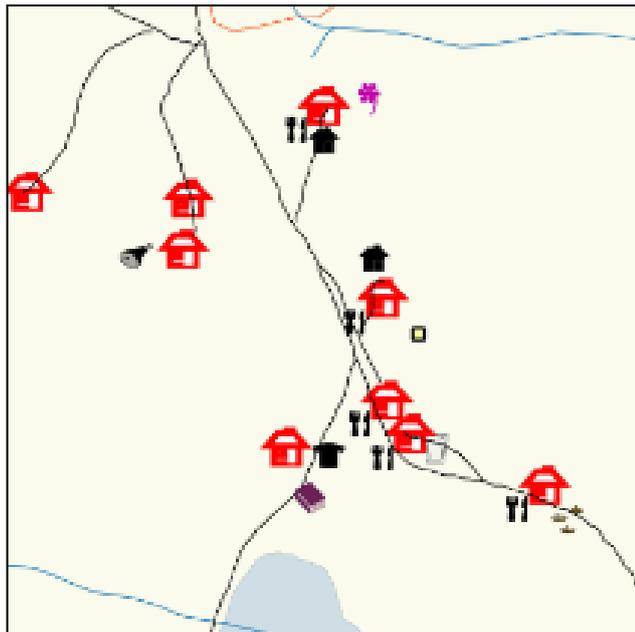
**Figura 3:** Legenda aproximada do mapa



Fonte: Elaborado pelos Autores (2018).

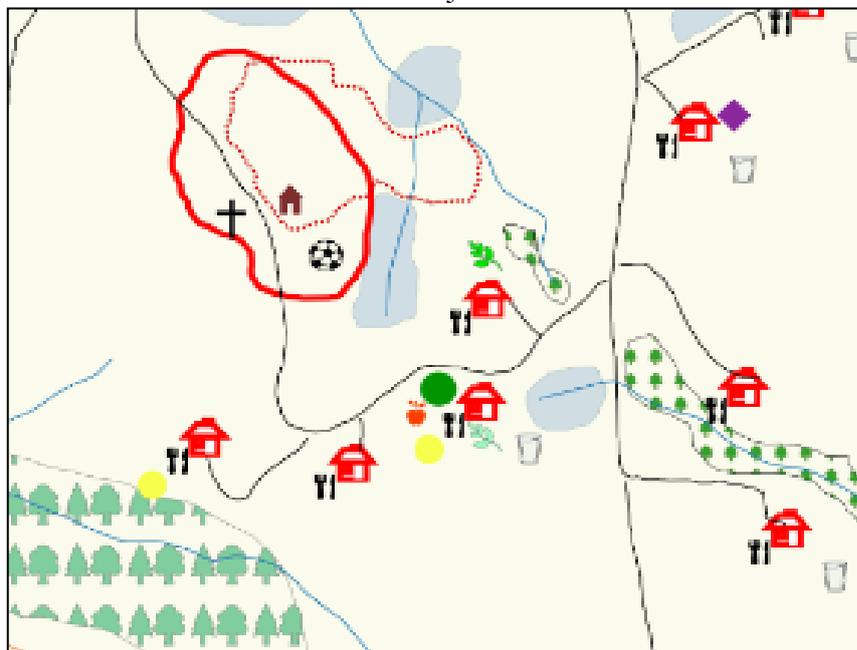
**Figura 4:** Recorte aproximado e suas simbologias conforme mapeamento social do Assentamento Dom José Gomes

<sup>8</sup> Os dois recortes identificadas como “4” e “5” na Figura 02 serão apresentadas como recorte aproximado (Figura 04 e 05), para oportunizar maior visibilidade às simbologias criadas e representadas no mapeamento social.



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

**Figura 5:** Recorte aproximado e suas simbologias conforme mapeamento social do Assentamento Dom José Gomes



Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

De todo modo, cabe salientar que visibilizar o território não se reduz à produção do mapa social, isto é, não devemos cair “na armadilha de acreditar que simplesmente o contexto da diversidade é suficiente para perturbar estruturas de poder” (ROCHA, 2015, p. 66). Com esse propósito é que a produção do mapa que aponta para o território do Assentamento Dom José Gomes pretende ser, adiante, reconhecido pelas instituições políticas e de poder, como efetivação e legitimação de um território e de uma comunidade alternativa aos moldes colonizadores coronelistas de Chapecó.

A pluralidade de símbolos encontrados nas figuras acima busca dar visibilidade às geo-grafias que os mapas tradicionais não demonstram, a começar pela própria identificação da área em “Assentamento Dom José Gomes” e não apenas uma área na Linha Água Amarela como um espaço isento de lutas, resistências e enfrentamentos. De acordo com a elaboração do mapeamento, as famílias assentadas desenvolvem desde produção para o próprio consumo, pecuária convencional, mandioca, milho, soja, cana, mudas de plantas, até produções diversificadas de alimentos que geram fonte de renda, a exemplo da produção agroecológica com certificação, produção leiteira, frutas, verduras e queijo. Há também, lotes em processo de transição para produção agroecológica com certificação. São territorialidades específicas que acabam contribuindo para produzir fissuras à lógica hegemônica do capital agroindustrial.

A fase de transição de Acampamento para Assentamento é marcada, de um lado, por conquistas da luta por terra e pela articulação expressiva do MST em expropriar um latifúndio para a territorialização de uma área de Reforma Agrária e, de outro, por rachaduras que acabam, de certo modo, desmobilizando e abrindo lacunas para o avanço do capitalismo no campo, tanto de forma econômica, quanto cultural e social, uma vez que a agricultura convencional, não necessariamente ligada ao grande agronegócio, também está presente no território do assentamento na atualidade.

Oliveira (1989) já refletia sobre o caminho que tomara o campo brasileiro, que “no seio das contradições do desenvolvimento capitalista do país, vai forjando sua unidade de luta na diversidade das suas origens” (OLIVEIRA, 1989, p. 55), apontando para duas direções de permanência na terra: diversa e contraditória. Por isso compreendemos que hoje, coexistem no Assentamento Dom José Gomes marcas que possuem ancoragem na Ideologia do Desbravador, ações/movimentos de r-existência e a ansiedade de se instituir cada vez mais um projeto de Reforma Agrária Popular.

Por último, e não menos importantes, o entrave e as consequências da ausência de uma Reforma Agrária Popular efetiva também implicam na nebulosidade que assombra a existência do Assentamento, isso porque o projeto de Reforma Agrária Popular que se reivindica não exige apenas a redistribuição das terras no combate ao latifúndio, mas sim a democratização dessas terras “efetivando o caminho inverso do êxodo rural e o combate ao latifúndio, bem como local de vivência social e produção agrícola para a subsistência das famílias camponesas e o fortalecimento do mercado interno nacional” (MST, 2016).

Pode-se dizer que esse abandono aos territórios da Reforma Agrária respinga na desestruturação dos Movimentos Sociais que exigem o direito pela terra, como no caso do Assentamento Dom José Gomes, pois em nada o projeto de Reforma Agrária, nesse sentido, irá contribuir para evitar o sucateamento da agricultura familiar e camponesa, para frear o êxodo rural [sobretudo das juventudes] e/ou o avanço do capitalismo no campo.

Em reflexo dessa análise, mais recentemente o próprio MST passou a dar maior visibilidade e defesa à compreensão de que, com o projeto de Reforma Agrária, inviabilizado pelo Estado brasileiro, o que se protesta desde 2007 é a construção de um projeto de Reforma Agrária Popular que possibilite a implantação de um novo modelo agrícola para o campo, sobretudo uma estratégia e o estabelecimento de um sistema em contraposição ao agronegócio, com uma matriz baseada em produção agroecológica, de alimentos saudáveis e respeito à biodiversidade, sem o uso de agrotóxicos, considerando o papel crucial dos Assentamentos para a solidificação dessa Reforma (MST, 2016).

Diante disso, reverberamos e concordamos com a dimensão que Oliveira (1986, p. 81) atribui, afirmando que “a luta pela terra não pode se restringir, apenas e especificamente, à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital”. A ineficácia da Reforma Agrária em determinados lugares aguça a instabilidade da luta, uma vez que essa não está associada somente à conquista da área territorial, mas sim, a progressões econômicas, sociais, políticas, educacionais e culturais. Eis que a Reforma Agrária Popular continua sendo uma das pautas, também, do Assentamento Dom José Gomes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para garantir sua (re)produção, propagação e fortalecimento em escala global, o capitalismo se utilizou de territórios que pudessem sustentar o seu projeto, fazendo da

América Latina um abrigo de territórios colonizados, territórios que representavam, de acordo com Galeano (2017, p. 158-159), “prósperas peças de engrenagem mundial que sangrava as colônias e as semicolônias”, consolidando aqui um desenvolvimento latifundiário por meio da espoliação. Ainda que fora (im)posto esse cenário latino-americano, as diversas formas de vida heterogêneas, que não cabem nas vias hegemônicas, potencializaram ao longo da nossa história diferentes formas de viver e de ser (ZIBECHI, 2015). A ausência de uma efetiva Reforma Agrária e do papel do Estado no Brasil ao longo da história obrigaram tais formas de vida e suas geo-grafias a pensar em novas práticas e narrativas de luta, (re)significando e sustentando territórios em suas reconstruções cotidianas.

Na atualidade, recomposições territoriais provenientes de uma nova onda neoliberal, talvez a maior reconfiguração territorial em cinco séculos, conforme aponta Zibechi (2015), têm influência de atores como representações do Estado, instituições e empresas multinacionais que atuam, vertical e autoritariamente, na precarização de áreas ocupadas por comunidades tradicionais, agricultores e movimentos sociais, precarização pela qual a Reforma Agrária proposta até então se faz ineficaz.

As epistemologias descoloniais (ou pós-coloniais) nos permitem intensificar as reflexões diante desse cenário político – principalmente – latino-americano, abrindo possibilidades de discussões que serão denominadas, de acordo com Cruz (2013), como “giro territorial”, potencializando a tendência de ampliar nossa capacidade de compreensão da territorialização das lutas sociais, nas quais o território ganha dupla centralidade no contexto das lutas dos movimentos sociais na América Latina: uma centralidade analítica e política, ou seja, como categoria de análise e como categoria de práxis.

É a partir dessa inspiração que, neste artigo, centralizamos o olhar geográfico na compreensão do processo de reconstrução de territórios na região Oeste Catarinense, convergindo para as territorialidades vivenciadas pelos Assentados e Assentadas do Assentamento Dom José Gomes, isto é, a produção do território do assentamento e dos sujeitos que o constituem, uma vez que “o território não é externo à sociedade que o constitui. Ele abriga com suas contradições e, por isso, contém, sempre, múltiplas territorialidades em potencial” (HAESBAERT, PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 14).

Portanto, corroboramos com a compreensão de que o território ganha novo sentido a partir das vivências de sujeitos pertencentes às áreas de Reforma Agrária que possuem ancoragem na agroecologia, na vida em comunidade, na produção para

autoconsumo e no trabalho coletivo, por exemplo, uma vez que a relação destes com a terra confronta a lógica de desenvolvimento capitalista, mantendo com o território em que estão, uma relação de identidade e um projeto outro/alternativo de sociedade.

O presente artigo buscou ressaltar que as sombras projetadas pela colonização coronelista de Chapecó, infelizmente, ainda obscurecem o surgimento de pessoas, movimentos coletivos, instituições, territórios e territorialidades que contestam a Ideologia do Desbravador, presente no tecido social, na organização política e econômica do/no município. Refutar essa lógica partindo de um estudo dialógico, relacional e cartográfico acerca de territorialidades específicas do Assentamento Dom José Gomes nos faz compreender que é preciso enxergar além do espaço-tempo em que vivemos hoje, no sentido de transparecer histórias, geografias de vida, saberes e experiências que se manifestam em vozes que foram silenciadas pelo poder público e pelas parcerias privadas que aqui se instalaram.

Apesar de todas as contradições, a trama constituída na territorialização do Assentamento Dom José Gomes em Chapecó, da r-existência de Acampados à Assentados em uma região que a meio século era considerada sertão, inóspita, violenta e perigosa pelas condutas sociais, assim como no interior de uma sociedade capitalista como a que se perpetua na contemporaneidade, compreendemos que a r-existência dos Assentados e das Assentadas em transformar uma terra que não cumpria sua função social em terra produtiva pode ser observada como um ato de coragem ao contrapor marcas e práticas perpassadas e sustentadas na Ideologia do Desbravador.

Gohn (2013) coloca que os movimentos de resistência sempre existiram e sempre existirão, pois representam as forças sociais organizadas que somam sujeitos que reinventam e dão sentido às lutas presentes. Diante da adversidade que enfrentam os movimentos, em seus atos de r-existência, são o pulsar da sociedade projetando um horizonte com sentimento de pertencimento social, não como reprodução da lógica do capital agroindustrial que se apresenta há mais de 40 anos como hegemonia na região.

Quando inicialmente questionamos a ausência de identificação e localização do Assentamento Dom José Gomes no mapa de Chapecó, não estávamos apenas querendo abrir uma discussão acerca de um trabalho cartográfico e/ou técnico, por excelência, geográficos de um mapa. Mas sim, abrimos uma agenda de discussão visando opor-se ao discurso moderno-eurocentrado-capitalista-colonial que constitui pano de fundo para o

desenvolvimento hegemônico de agroindústrias que inviabilizam e subalternizam territórios, territorialidades específicas e alternativas dos Sem Terra na região.

Por fim, a partir do momento que cartografamos a comunidade em acordo com a história e com suas territorialidades específicas, abrimos a possibilidade de discutir que as marcas e práticas do desbravador, não se aplicam de maneira contundente em todos os espaços. E, assim, que estamos dispostos a re-geo-cartografar os territórios de forma contra-hegemônica, no ensejo de contribuir para dar visibilidade a outras narrativas e territorialidades, outras perspectivas teórico-conceituais e metodológicas que buscam compreender a formação territorial de Chapecó para além dos discursos colonizadores e desenvolvimentistas hegemônicos.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H., GUEDES, A.D., JABACE, L. (Orgs.) **Cartografias Sociais, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2015. 166p.

ALBA, R.S. (et al.). Dinâmica populacional no oeste catarinense: indicadores de crescimento populacional dos maiores municípios. In: BRANDT, M., NASCIMENTO, E. (org.) **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem.** São Carlos: Pedro & João Editores, Chapecó, UFFS, 2015, 242p.

ALBA, R.S. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó.** 2. ed. Chapecó: Argos, 2013.

ALMEIDA, A.W.B. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas do agronegócio. In: ALMEIDA, A.W.B (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

CALDART, R. Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia. **Currículo sem Fronteiras. Online**, v. 3, n.1, p. 50-59, Jan./Jun. 2003.

COIMBRA, E.A.D. Importância histórica e atuação do MST nos Assentamentos Segredo I e Segredo II em Lebon Régis - SC no período de 1984 a 2006. In.: DIAS, V.L.N., DOS SANTOS, M.A.(Org.) **Da sementeira à colheita: o MST e a dinâmica nas pequenas cidades.** Florianópolis: Insular, 2012.

COOPTRASC. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Dom José Gomes (PDA)** – Chapecó – Santa Catarina. Cooperativa dos trabalhadores da reforma agrária de Santa Catarina. 2009.

CRUZ, V. C. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, H. (org.) **Cartografia social, terra e território**. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. 318p.

CRUZ, V.C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V.C., OLIVEIRA, D.A. (org.) **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes do pensamento crítico**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre (RS). L&PM, 2017. 392p.

GERHARDT, M. Os caboclos e a história da paisagem. In.: ZARTH, P.A. (Org.). **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

GOHN, M.G. (org.). Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In.: **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 6 ed. – Petrópolis: Vozes, 2013.

GORAYEB, Adryana. MEIRELES, Jeovah. **Adryane Gorayeb e Jeovah Meireles: entrevista**. Entrevistadora: Eliane Araujo. Rede Mobilizadores. 2014. Disponível em <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>>. Acesso em 16 de dezembro de 2018. Entrevista concedida ao Eixo de Meio Ambiente, Clima e Vulnerabilidades.

HAESBAERT, R., PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. 160 p.

HASS, M. **O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950 - 1956**. Chapecó: Argos, 2003. 184 p.

HASS, M. **OS PARTIDOS POLÍTICOS E A ELITE CHAPECOENSE: um estudo do poder local - 1945-1965**. Chapecó: Argos, 2000. 339p.

MENDONÇA, M.R., CARNEIRO, J.D.P.L. **(Re)existência camponesa nos territórios hegemônicos do agronegócio**: Uma análise do território goiano. XVIII encontro nacional de geógrafos – A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. 24 a 30 de julho de 2016. São Luís/MA. Disponível em <[http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467686467\\_ARQUIVO\\_ArtigoDoENG2016esse.pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467686467_ARQUIVO_ArtigoDoENG2016esse.pdf)>. Acesso em: 28 de novembro de 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O papel da Reforma Agrária Popular no Brasil**. Disponível em <

<http://www.mst.org.br/2016/09/26/o-papel-da-reforma-agraria-popular-no-brasil.html>>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

OLIVEIRA, A.U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto. 2. ed. 1989.

OLIVEIRA, A.U. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, A.U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: STEDILE, J.P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016. 362 p.

ORO, I. P., FIORENTIN, V. Dom José e as lutas dos pequenos agricultores. In: UCZAI, P. (org.) **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó, Argos. 2002. 329 p.

PERTILE, N. **A formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no Oeste de Santa Catarina**. [Tese de Doutorado] Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. 318p.

POLI, O. L. O contexto histórico do oeste catarinense. In: UCZAI, P. (org.) **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó, Argos. 2002. 329 p.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, E. & CECENA, A.E. (Orgs) **La guerra infinita-hegemonia y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C.W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENA, A.E. (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. p. 151-197. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf>, acesso em 24/03/2020.

RENK, A. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: **Cadernos do CEOM**. v.5, n.7, p. 221-258, 1991.

RENK, A. **Narrativas da Diferença**. Chapecó: Argos, 2004. 160p.

ROCHA, O. G. **Narrativas cartográficas contemporâneas nos enredos da colonialidade do poder**. Curitiba, 2015. Disponível em <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/39122/R%20-%20D%20-%20OTAVIO%20GOMES%20ROCHA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In.* SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 821p.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 475p.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ (UNOCHAPECÓ). **Diagnóstico do assentamento Dom José Gomes**. Chapecó, dezembro de 2015.

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ (UNOCHAPECÓ). **Quando a capital do oeste era Xapecó**. Disponível em <  
<https://www.unochapeco.edu.br/ceom/noticias/quando-a-capital-do-oeste-era-xapeco-2>>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

VALENTINI, D.J; RADIN, J.C. Camponeses no sertão catarinense: a colonização da região do Contestado nas primeiras décadas do século XX. *In.* **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 14p. São Paulo, julho 2011. Disponível em:  
[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308581578\\_ARQUIVO\\_ANPUHValentiniRadinDOC3.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308581578_ARQUIVO_ANPUHValentiniRadinDOC3.pdf). Acesso em: 24/03/2020.

VIANA, F.C. **História e memória da peste suína africana no Brasil, 1978-1984**: passos e descompassos. [Tese de Doutorado]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Veterinária, 2004. 171p.

XAVIER, M. **O Coronel Freitas e a Colônia Militar do Chapecó** - Os primórdios de Xanxerê e a colonização do Oeste Catarinense. Florianópolis: Insular, 2016. 160p.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias latino-americanas. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

Submetido em janeiro de 2021

Aceito em fevereiro de 2021